



16423 - Notas Sobre Soberania Alimentar em Comunidade de Várzea “Periurbana”: Que Perspectivas?

Notes on Food Sovereignty in "Periurban" Community Floodplain: What Prospects?

SILVA JUNIOR, Walmiro Amador da¹; LINHARES, Anny da Silva²; SANTOS JUNIOR, Cezário Ferreira dos³; SOUSA, Fagner Freires de⁴; CHAVES, Genisson Paes⁵; ANDRADE, Josiele Pantoja de⁶

¹Zootecnista, Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA, walmirojunior@zootecnista.com.br; ²Turismóloga, aluna do MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA; ³Agrônomo, aluno do MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA; ⁴Tecnólogo em Agroindústria, aluno do MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA; ⁵Antropólogo, aluno do MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA; ⁶Agrônoma, aluna do MAFDS/PPGAA/UFPA, Belém, PA.

Resumo: O presente trabalho discute estratégias para a manutenção da soberania alimentar de uma comunidade periurbana localizada na região insular do município de Belém/ Pará. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, técnica da caminhada transversal e registros fotográficos. Os resultados indicaram que no que tange a produção na unidade familiar, as principais culturas produzidas na comunidade Porto da Ceasa são frutos como o açaí, cupuaçu e cacau. Soma-se também a criação de animais de pequeno porte, como pato e galinha, um hábito encontrado em quase todas as comunidades do estuário amazônico, além da pesca e captura de camarão. Juntas, essas atividades representam as principais fontes de alimentos produzidos na comunidade. Outros alimentos são obtidos na central de abastecimento local, na qual Porto da Ceasa tem uma relação intensa no seu cotidiano. As alternativas de consumo alimentar identificadas pela pesquisa mostram relativo grau de autonomia da população local no que concerne à soberania alimentar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, pluriatividade, acesso a alimentação, comunidades ribeirinhas

Abstract: The present paper discusses strategies to maintenance the food sovereignty from a peri-urban community located in the island region in Belém/ Pará. The research was realized through semi-structured interviews, transect walk technique and photographic records. The results indicated that with respect to production in the family unit, the main crops produced in the Porto da Ceasa community are fruits like açaí, cupuaçu and cocoa. Also adds to the creation of small animals, such as duck and chicken, a habit found in almost all communities in the Amazon estuary, in addition to fishing and shrimp capture. Together, these activities represent the main sources of food produced in the community. Other foods are obtained from local supply center, where the Porto da Ceasa has a daily intense interaction. The alternatives of food consumption identified in the research show relative degree of local population autonomy in relation to food sovereignty.



Keywords: Family Farming, pluriactivity, access to food, riverside communities

Introdução

A produção e o acesso aos alimentos é um assunto debatido em reuniões e conferências políticas (governamentais e de movimentos sociais) e acadêmicas, há décadas, com destaque para questões sobre segurança alimentar, a qual, por definição, compreende a produção de alimentos de boa qualidade - no que consiste a sanidade e a composição nutricional - e em quantidade suficiente para atender diariamente todo o contingente populacional do planeta (MARQUES, 2014). No entanto, esse conceito a princípio não considerava a procedência dos alimentos, isto é, quem os produz e como são produzidos, o que dava margem aos interesses das grandes empresas multinacionais, favorecendo a produção de alimentos em larga escala e a marginalização da produção agrícola familiar (PIMBERT, 2009; MARQUES, 2014).

Assim, movimentos sociais como a Via Campesina – um processo de articulação internacional de segmentos populares – pautados em críticas aos princípios de segurança alimentar vigentes, propõe a partir de 1996, a soberania alimentar com base em princípios de justiça social, em torno do compromisso de construção de uma ordem ecológica, pautada na valorização do papel dos agricultores locais (MARQUES, 2014).

Nesse sentido, a soberania alimentar é definida como um direito dos povos de decidirem o que produzir e como, assim como o direito dos consumidores de decidirem o que consumir. Parte-se do princípio de que a terra não é vista como mercadoria (como observada no sistema capitalista), mas como dádiva da natureza a serviço da humanidade; prega-se também o fim do monocultivo e uma valorização na produção diversificada (NICHOLSON, S.D.).

Além do mais, possibilita a autonomia de grupos sociais na medida em que possibilita que homens e mulheres possam decidir que sementes plantar, que animais criar, que tipo de agricultura pode ser praticada, os tipos de intercâmbios econômicos para participar, bem como o que comer no jantar, com destaque para o papel da mulher na salvaguarda de conhecimentos e saberes relacionados à seleção de sementes, manejo de plantas, na obtenção e preparo dos alimentos (PIMBERT, 2009), assim como na articulação e na luta por seus direitos, com destaque nas pautas de discussão sobre soberania alimentar (GOMES JUNIOR; ANDRADE, 2013).

La soberanía alimentaria puede entenderse como la democratización extensa y sustentable en el acceso a las necesidades básicas que se satisface en el entorno de la cadena alimentaria. (...) consideramos las necesidades más materiales (alimento), las más afectivas



(identidades, costumbres, redes de apoyo), las de relaciones con la naturaleza (sustentabilidad del hábitat para los seres humanos), incluyendo también las necesidades directamente expresivas: el mero hecho de decidir qué y cómo se produce y qué y de dónde proviene nuestra alimentación. (Collado, Sanchez e Padilla S.D., p.3)

Em síntese, a soberania alimentar, baseada na agricultura camponesa, é vista como a solução para a crise gerada pelo modelo convencional de desenvolvimento e apresenta-se como uma forte alternativa à sustentabilidade, seja ambiental, econômica e social (CARTA DE MAPUTO, 2008, p. 192).

Para esse debate, foi realizado um estudo exploratório na comunidade Porto da Ceasa no sentido de compreender se e como a citada comunidade vem desenvolvendo estratégias para garantir e manter a soberania alimentar.

Metodologia

Este trabalho foi realizado através de levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema em epígrafe e de pesquisa de campo, a qual foi realizada na comunidade Porto da Ceasa, no dia 18 de junho de 2014. Em campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, técnica da caminhada transversal e registros fotográficos. Ao todo, foram entrevistadas cinco pessoas, entre homens e mulheres (todos maiores de idade), moradores do lugar, os quais exercem diferentes atividades: extrativistas, donas de casa, pescadores e trabalhadores assalariados.

A escolha pela comunidade Porto da Ceasa, como *locus* de investigação, deve-se ao fato de ser uma comunidade de várzea periurbana, que representa a realidade de algumas comunidades localizadas nas áreas de várzea da cidade de Belém. Tem como diferencial sua proximidade com a Central de Abastecimento da Ceasa (PA). Essa questão, de certa forma, pode contribuir para analisar como a proximidade com o mercado acima referido, pode influenciar na alimentação da população da citada comunidade.

Soma-se a essa questão, a atuação econômica da comunidade Porto da Ceasa, a qual abastece alguns dos principais mercados de Belém (Porto da Palha, Feira do Açaí do Jurunas dentre outros) com os alimentos produzidos e coletados localmente.

Vale também destacar que a comunidade sofre com a marginalização por parte do poder público, o que pode ser visto na ausência de serviços básicos, tais como saúde, educação, serviços de transporte público, saneamento e eletricidade, além de ser desconhecida por grande parte do público urbano.

A comunidade Porto da Ceasa localiza-se na margem direita do Rio Guamá, na região insular do município de Belém - Pará. Sua extensão territorial é de 1.330.000



m². Caracteriza-se como uma área de várzea (LISBOA, 2009). Antigamente, a área onde se localiza a comunidade Porto da Ceasa estava sob a responsabilidade do Instituto Agrônomo do Norte – IAN. O local passou a ser habitado nos primeiros anos da década de 60 por pessoas oriundas das ilhas circunvizinhas e da região metropolitana de Belém. Atualmente, existem cerca de quarenta e sete famílias vivendo na comunidade, os quais em sua maioria descendem de filhos, netos e bisnetos dos fundadores do lugar.

Tais famílias vivem dos recursos naturais providos na comunidade para comercialização e consumo próprio e ainda desenvolvem atividades fora da comunidade, com destaque para serviços prestados na CEASA, caracterizando-se como pluriativos. Além disso, também recebem auxílio benefício de políticas públicas como a bolsa-família, aposentadoria, pensão por morte e deficiência, dentre outros.

Resultados e discussões

Os resultados indicaram que no que tange a produção na unidade familiar, as principais culturas produzidas na comunidade são frutos como o açaí (*Euterpe oleracea*), cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e banana (*Musa spp.*); a população também cria animais de pequeno porte, tais como galinhas e porcos, um hábito encontrado em quase todas as comunidades do estuário amazônico (HIRAOKA; RODRIGUES, 1997). Além disso, são exercidas atividades de pesca e captura de camarão, as quais representam os principais alimentos produzidos e/ou adquiridos diretamente na Comunidade.

O açaí é presença marcante na paisagem, formando o que Hiraoka (1993), denomina de “açaização da paisagem”, pois destaca-se visualmente em relação às outras espécies), apresentando-se associado a outras culturas (cacau, cupuaçu, banana, e espécies madeireiras nativas). A espécie se destaca como principal fonte econômica interna, sendo manejado por 81,48 % dos comunitários, conforme Cavalcante (2013), ocupando a maior força de trabalho. Segundo relato dos comunitários grande parte do açazal foi cultivado, a partir de mudas fornecidas pela Embrapa no âmbito de treinamento para implantação e manejo de açazais desenvolvido em parceria com a CEASA. Atualmente mantêm-se os açazais plantados e nativos, sendo ambos manejados de forma agroecológica, utilizando dejetos orgânicos para fertilização.

A coleta de frutas também é expressiva na comunidade, ocupando as famílias na seguinte proporção: 33,33% na coleta de cacau, 14,81% de banana, 11,11% de cupuaçu, 7,41% de pupunha (*Bactris spp.*) e manga (*Mangifera indica*) e 3,70% de goiaba (*Psidium guajava*) e limão (*Citrus Limonium*) (CAVALCANTE, 2013). A utilização desses frutos segundo os moradores entrevistados são consumidos *in*



natura ou na forma de sucos, doces ou chocolate, sendo ainda comercializados quando a produção excede as necessidades de consumo da família, com maior frequência para o cacau e o cupuaçu.

A captura do camarão e a pesca, assim como as criações, são atividades voltadas prioritariamente à alimentação, figurando como importantes reservas protéicas da dieta dos ribeirinhos do Porto da CEASA. Segundo Cavalcante (2013) a captura de camarão é desenvolvida por 37% das famílias, enquanto a pesca por 3,7%, no entanto, segundo informações levantadas em campo, tais atividades vêm apresentando baixa produtividade, o que se justifica no discurso dos ribeirinhos pelo aumento populacional e a poluição, com consequências sobre a disponibilidade de camarão e pescado.

De acordo com o senhor José (45 anos), “Há 20 anos atrás a gente colocava 50 matapis e conseguia uns 20 kg de camarão, hoje só tiramos 7 ou 8 kg (...) acho que por causa da poluição do rio e porque a população aumentou”. Em perspectiva similar, a senhora Rosemilita (35 anos) acrescenta: “Antes pescávamos muito - peixes grandes - hoje está escasso, piramutaba e filhote é difícil pegar, hoje só pega mais essa pescada branca e traíra”. Tal situação revela que a variedade alimentar protéica tem sofrido alteração.

Os demais alimentos de consumo diário como arroz, feijão, farinha, legumes e verduras são adquiridos no exterior da comunidade, em decorrência das limitações edafoclimáticas da comunidade, que não propicia a plantação de feijão e mandioca, por exemplo, e pela proximidade com o CEASA, mercados e feiras da região metropolitana de Belém.

A facilidade motivada pela proximidade com estes centros de distribuição de alimentos (legumes e verduras, a priori) favorece a compra pelos moradores de Porto da Ceasa ao invés da produção, uma vez que legumes, verduras e algumas frutas são adquiridas a preço baixo, na percepção local. Isso pode ser traduzido como uma escolha de priorizar a compra de alguns gêneros alimentícios, devido às “facilidades” acima mencionadas. Todavia, mesmo com todas essas “facilidades”, os moradores mantêm algumas práticas que, de certa forma, garantem uma autonomia relativa (SHANIN, 2005) do segmento social em relação à sociedade hegemônica. Nesse âmbito, destaca-se a produção do açaí e a pesca com matapi.

Um dos principais problemas enfrentado pela população local diz respeito à questão da água (encanada), que é apontada como de má qualidade devido ao forte odor de podridão, limitando o uso doméstico, uma vez que é vista como inapropriada para o consumo humano e para a preparação dos alimentos, ferindo uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (a qual já é baseada nos princípios da soberania alimentar), que trata do direito a água potável (CONSEA, 2009).



Em relação à divisão do trabalho em Porto da Ceasa, constatou-se que no que concerne à gestão dos alimentos a serem consumidos no seio familiar, as mulheres tem um papel fundamental¹, pois participam do beneficiamento do açaí e manejo dos açaizais; são também as responsáveis pela criação de animais; participam do beneficiamento do cacau e de seu processo para comercialização, além de serem responsáveis direta ou indiretamente pela aquisição de alimentos e pela preparação dos mesmos. No mais, exercem outras atividades como a comercialização de lanches na Ceasa e sorvetes e picolés na própria residência, obtendo renda e sustento para a família, indo de encontro com o assinalado por Pimbert (2009, p. 41), que destaca que as mulheres “[...] estão atrelados à venda, processamento e troca de alimentos no âmbito local”.

Nas palavras de Siliprandi (S.D) as mulheres “en general, son responsables por la adquisición y preparación de los alimentos [...] es también parte de sus responsabilidades laproducción directa de los alimentos, por medio de las huertas, peque ño sanimales, transformación de productos”. Nesse sentido, são, portanto, importantes sujeitos sociais para garantir a alimentação diária e a perpetuação de práticas sustentáveis, como, por exemplo, a forma de manejar o açaí.

Em relação à organização política, é perceptível a presença de mulheres de Porto da Ceasa, por meio do engajamento em prol da constituição de uma associação comunitária como forma de oportunizar o angariamento de mudanças que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas, como acesso à educação, saúde e saneamento.

Conclusões

No estudo realizado em Porto da Ceasa foi possível observar algumas das alternativas que segmentos sociais encontram para garantir sua soberania alimentar e a manutenção de práticas que podem ser consideradas sustentáveis, que além de aumentarem a produção, causam baixos impactos ambientais, como o manejo do açaí.

Outro fator relevante está relacionado à “opção” da comunidade em adquirir alimentos em mercados e feiras como a Ceasa, já que na percepção dos comunitários, é mais acessível comprar determinados alimentos do que produzi-los. Na prática, isso pode ser visto como um direito da população de comprar ao invés de produzir, mas por outro lado, essa questão pode ser compreendida não como um

¹Em decorrência da maioria dos homens da comunidade exercerem atividades noturnas na CEASA, utilizando o dia para o descanso, ficando a cargo das mulheres as atividades do âmbito doméstico, o que segundo Garcia Jr. (1983) compreende além das atividades da casa, as executadas no quintal, como a coleta de frutas, manejo das fruteiras e criação de animais.



direito de livre escolha, mas como uma falta de opção, já que não há incentivo para produção local, devido às facilidades encontradas pela proximidade da comunidade com centros de abastecimento de alimentos. Assim, fica a indagação, a comunidade Porto da Ceasa é soberana quanto a produção e aquisição de alimentos ou a suposta opção pela compra é na verdade uma condição imposta pelos limitantes presentes na comunidade?

Por fim, verificamos o importante papel que as mulheres exercem na promoção da soberania alimentar na comunidade, participando ativamente nas atividades domésticas de produção e beneficiamento de alimentos e ainda se engajando em questões políticas a fim de promover maior organização social na comunidade.

Referências bibliográficas

CARTA DE MAPUTO: V Conferência Internacional da Via Campesina: Maputo, Moçambique, 19-22 de Outubro, 2008, p. 191-193.

CAVALCANTE, Suellem Sousa. **Utilização dos recursos naturais por famílias ribeirinhas**. Relatório de Pesquisa PIBICTI. IFPA, 2013.

COLLADO, ÁngelCalle; SANCHÉZ, Vara Isabel; PADILLA, MamenCuéllar. **La transición social agroecológica**. Apostila de Curso de especialización En soberanía alimentaria Y agroecología Emergente. S.D.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: a experiência brasileira. Brasília, 2009.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Roçado e roçadinho: o ciclo de vida**. In: GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. Terra de Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES JR, Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 2, p. 392 - 402, jul./dez. 2013.

HIRAOKA, Mario; RODRIGUES, Deborah Leal. Porcos, palmeiras e ribeirinhos na várzea do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L. G. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento e qualidade de vida**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997, p. 70-101. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELO, A. (org.). **Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: M.P.E.G, 1993.



LIMA, Rubens Rodrigues; TOURINHO, Manoel Malheiros; COSTA, José Paulo C. **Várzeas Flúvio-Marinhas da Amazônia Brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e informação, 2001.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **Aurá: Comunidades & Florestas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. São Paulo, 2014, p. 15-26.

NICHOLSON, Paul. A Soberania Alimentar constitui o centro da alternativa que se está a construir frente ao fracasso do actual modelo agro-industrial. In: **Soberania Alimentar: por uma Agricultura com Agricultores**. Lisboa: Anauá: a outra margem do Comércio Justo, S.A., p. 1-7.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agriculturas**, v.6, n.4, p.41-45, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Tradução de SARTI, Cynhia A.; BRANT, Wanda Caldeira. **Revista Nera**, v.8, n.7, p. 1-21, 2005.

SILIPRANDI, Emma. **Soberanía alimentaria y ecofeminismo**. In: CUÉLLAR, Mamen; CALLE, Ángel; GALLAR, David (Eds.). *Procesos hacia la soberanía alimentaria: perspectiva y prácticas desde la agroecología política*. Antrazyt: Icaria, S.D.